



www.unimed-dracena.com.br
Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
T. (18) 3821-9300

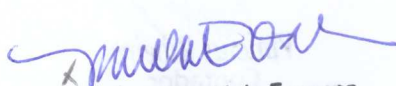
UNIMED DE DRACENA
Cooperativa de Trabalho Médico
CNPJ – 68.204.486/0001-13

Demonstrações Financeiras
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO			
CNPJ - 68.204.486/0001-13			
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO			
(VALORES EM R\$ 1)			
ATIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		19.207.939	18.543.946
Disponível		24.112	57.879
Realizável		19.183.827	18.486.067
Aplicações Financeiras	5	14.641.131	14.803.655
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		6.189.236	4.214.912
Aplicações Livres		8.451.895	10.588.743
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	1.037.246	645.842
Contraprestação Pecuniária a Receber / Prêmio a Receber		279.907	549.222
Participação de Beneficiários em Eventos/Sinistros indenizáveis		75.210	-
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		499.211	303
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		182.918	96.317
Créditos de Oper. De Assist. à Saúde Não Relacionados Planos de Saúde da Operadora	7	1.828.463	1.857.232
Créditos Tributários e Previdenciários		591.849	352.578
Bens e Títulos a Receber	8	1.078.821	817.787
Despesas Antecipadas		2.592	1.749
Conta Corrente com Cooperados		3.725	7.225
ATIVO NÃO CIRCULANTE		9.172.615	8.717.132
Realizável a Longo Prazo		985.017	705.842
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	985.017	705.842
Investimentos		1.793.925	1.719.276
Participações Societárias Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial		1.793.925	1.719.276
Participações em Outras Sociedades	10	1.793.925	1.719.276
Imobilizado	11	6.245.926	6.038.663
Imóveis de Uso Próprio		4.680.890	4.925.726
Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		4.628.231	4.873.068
Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		52.659	52.659
Imobilizado de Uso Próprio		1.063.992	1.022.606
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		609.479	736.908
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		454.513	285.698
Outras Imobilizações		77.300	90.330
Direito de Uso Arrendamentos		423.744	-
Intangível	12	147.747	253.351
TOTAL DO ATIVO		28.380.554	27.261.078

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.


 Dra. Paula Érika Osaki da Fonseca
 -Presidente


 Vinicius Ribeiro
 Contador
 CRC 1SP338506/O-0

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

PASSIVO	Nota	SALDO EM 31/12/2022	SALDO EM 31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		8.747.293	8.148.418
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	4.864.311	3.422.609
Provisões de Prêmios / Contraprestações		1.067.116	568.634
Provisão de Prêmio / Contraprestação Não Ganha - PPCNG		209.313	303.334
Provisão de Insuficiência de Prêmios		691.569	84.395
Provisão para Remissão		166.234	180.905
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		15.083	19.138
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.394.321	1.198.019
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		2.387.791	1.636.818
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	14	128.759	61.070
Receita Antecipada de Contraprestações / Prêmios		14.490	16.360
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		112.075	36.083
Outros Débitos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		2.194	8.627
Débitos de Oper. Assist. à Saúde Não Relacion. com Planos Saúde da Operadora	15	895.948	872.505
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	16	568.305	1.043.771
Débitos Diversos	17	2.289.970	2.748.463
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.371.721	1.862.232
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	13	61.160	67.703
Provisão para Remissão		61.160	67.703
Provisões		913.259	1.705.560
Provisões Judiciais	18	913.259	1.705.560
Débitos Diversos		397.302	88.969
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19	18.261.540	17.250.428
Capital Social		12.070.169	11.393.507
Reservas		5.414.667	5.174.841
Reservas de Lucros / Sobras / Retenção de Superávits		5.414.667	5.174.841
Lucros / Prejuízos - Superávits / Déficits Acumulados ou Resultado		776.705	682.080
TOTAL DO PASSIVO		28.380.554	27.261.078

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Paula Érika Osaki da Fonseca
Dra. Paula Érika Osaki da Fonseca
-Presidente-

Vinicius Ribeiro
Vinicius Ribeiro
Contador
CRC 1SP338506/O-0

UNIMED DE DRACENA COOP.DE TRAB.MEDICO

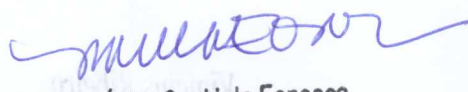
CNPJ - 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31 DEZEMBRO

(VALORES EM R\$ 1)

	Nota	SALDO EM 31/12/2022	Reapresentado SALDO EM 31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		28.433.066	28.367.089
Recitas com Operações de Assistência à Saúde		28.974.769	28.963.573
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos		29.580.196	28.311.064
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		(670.355)	25.258
Receita com Administração		64.928	627.251
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(541.703)	(596.484)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(26.403.055)	(19.541.459)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados		(25.652.083)	(18.580.146)
Variação da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(750.972)	(961.313)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		2.030.011	8.825.629
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		384.905	13.048
Recitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		11.734.848	9.953.289
Recitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		5.085.690	5.296.984
Recitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar		3.113.581	564.555
Outras Receitas Operacionais		3.535.577	4.091.750
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde		(31.414)	(105.387)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(80.424)	(212.721)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(5.300)	(8.998)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		-	(1.240)
Provisão para Perdas sobre o Crédito		(75.124)	(202.483)
Outras Despesas Operacionais de Assistência à Saúde não Relac. c/Pl. de Saúde da OPS		(8.408.015)	(9.925.406)
RESULTADO BRUTO		5.629.911	8.548.452
Despesas de Comercialização		-	(65.263)
Despesas Administrativas	20	(6.027.026)	(7.083.651)
Resultado Financeiro Líquido	21	851.747	(186.032)
Receitas Financeiras		1.876.785	742.671
Despesas Financeiras		(1.025.038)	(928.703)
Resultado Patrimonial		72.761	26.755
Receitas Patrimoniais		105.431	26.755
Despesas Patrimoniais		(32.670)	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		527.393	1.240.261
Imposto de Renda		(22.860)	(229.065)
Contribuição Social		(12.550)	(101.222)
Participações sobre o Lucro		-	(25.000)
RESULTADO LÍQUIDO		491.983	884.974

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.


 Dra. Paula Érika Osaki da Fonseca
 -Presidente


 Vinicius Ribeiro
 Contador
 CRC 1SP338506/O-0

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

CNPJ: 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRES E PERDAS

(Em reais)

	2022			Total	2021 Total
	Ato Cooperativo	Ato Auxiliar	Ato Não Cooperativo		
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde	12.959.599	15.857.409	763.188	29.580.196	28.367.089
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	12.959.599	15.857.409	763.188	29.580.196	28.963.573
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	12.959.599	15.857.409	763.188	29.580.196	28.311.064
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	(293.694)	(359.365)	(17.296)	(670.355)	25.258
Receitas com Administração	28.446	34.807	1.675	64.928	627.251
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(237.330)	(290.397)	(13.976)	(541.703)	(596.484)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos	11.560.759	13.297.731	793.593	25.652.083	19.541.459
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	11.560.759	13.297.731	793.593	25.652.083	18.580.146
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados	338.445	389.295	23.233	750.972	961.313
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	557.819	1.555.427	(83.235)	2.030.011	8.825.629
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	384.905	-	-	384.905	13.048
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	7.306.177	886.127	3.542.544	11.734.848	9.953.288
Receitas com Operações de Assistência Médico- Hospitalar	4.461.020	624.670	-	5.085.690	5.296.984
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	2.845.156	261.458	6.967	3.113.581	564.555
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	3.535.577	4.091.750
(-) Tributos Diretos de Outras Atividades de Assistência à Saúde	-	-	(31.414)	(31.414)	(105.387)
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde	35.235	43.114	2.075	80.424	212.721
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	2.322	2.841	137	5.300	8.998
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças	-	-	-	-	1.240
Provisão para Perdas Sobre Créditos	32.913	40.273	1.938	75.124	202.483
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	5.205.897	288.264	2.913.854	8.408.015	9.925.406
RESULTADO BRUTO	3.007.769	2.110.176	511.966	5.629.911	8.548.452
Despesas de Comercialização	-	-	-	-	65.263
Despesas Administrativas	2.988.988	2.392.689	645.349	6.027.026	7.083.651
Resultado Financeiro Líquido	422.408	338.138	91.202	851.747	(186.032)
Receitas Financeiras	930.756	745.071	200.958	1.876.785	742.671
Despesas Financeiras	508.348	406.933	109.757	1.025.038	928.703
Resultado Patrimonial	-	-	72.761	72.761	26.755
Receitas Patrimoniais	-	-	105.431	105.431	26.755
Despesas Patrimoniais	-	-	32.670	32.670	-
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	441.188	55.625	30.580	527.393	1.240.261
Imposto de Renda	-	17.145	5.715	22.860	229.065
Contribuição Social	-	9.412	3.137	12.550	101.222
Participações sobre o Lucro	-	-	-	-	25.000
RESULTADO LÍQUIDO	441.188	29.068	21.727	491.983	884.974

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Muller
Dra. Paula Érika Osaki da Fonseca
Presidente

Vinicius
Vinicius Ribeiro
Contador
CRC 1SP938506/O-0



Rua Esdras da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
(18) 3821-9300

UNIMED DE DRACENA COOP. DE TRAB. MEDICO

CNPJ - 68.204.486/0001-13

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
(VALORES EM R\$ 1)**

	Reservas					Contingências Regulatórias	Sobras	Total
	Capital Social	Legal	RATES	Contingências	Investimento			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	11.856.871	3.393.275	202.356	519.453	-	74.442	3.682.971	20.164.411
Deliberação da ACO:								
Incorporação de sobras no capital	405.196						(405.196)	-
Distribuição de sobras							(1.685.287)	(1.685.287)
Destinação de sobras para reserva			400.000				(400.000)	-
Capitalização com juros sobre capital								
Destinação para Fundo UTV								
Destinação Inadimplência Rejuste ANS	46.000						(735.740)	(735.740)
Integralização de capital por admissões	(914.560)						(456.748)	(456.748)
Baixas de capital							46.000	46.000
Utilização da RATES				(543.847)				(914.560)
Reversão do Fundo UTV							543.847	-
Reversão Reserva Inadimplência Rejuste ANS							735.740	735.740
Distribuição antecipada de sobras							456.748	456.748
Sobra líquida do exercício							(1.245.110)	(1.245.110)
Constituição de reservas legal e estatutárias							884.974	884.974
Reserva legal 10%		162.746					(162.746)	-
RATES 5%				81.373			(81.373)	-
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social			450.000				(450.000)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.393.507	3.556.021	589.882	519.453	-	74.442	682.080	17.250.428
Deliberação da ACO:								
Incorporação de sobras no capital	157.534						(157.534)	-
Distribuição de sobras								
Destinação de sobras para reserva		24.546			500.000		(524.546)	-
Capitalização com juros sobre capital	728.125							728.125
Destinação para Fundo UTV								
Destinação Inadimplência Rejuste ANS	48.000							48.000
Integralização de capital por admissões	(256.996)							(256.996)
Baixas de capital							376.987	-
Utilização da RATES				(376.987)				-
Reversão do Fundo UTV								
Reversão Reserva Inadimplência Rejuste ANS								
Distribuição antecipada de sobras								
Sobra líquida do exercício		47.026						47.026
Constituição de reservas legal e estatutárias								
Reserva legal 10%				23.513				(47.026)
RATES 5%				21.727				(23.513)
Fundo de Ass. Técnica, Educacional e Social								(21.727)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.070.170	3.627.593	258.135	519.453	500.000	74.442	776.704	18.261.540

Vinicius Ribeiro
Contador
CRC 1SP036506/O-0

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Dra. Paula Erika Osaki da Fonseca
Presidente
Membro da Aliança
Cooperativa Internacional
COOP

Cooperativismo: caminho para a democracia e a paz.
Roberto Rodrigues

ANS - nº 31.478-1



www.unimed-dracena.com.br
Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
T. (18) 3821-9300

UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
CNPJ: 68.204.486/0001-13

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)
(Em reais)

31/12/2022 31/12/2021

ATIVIDADES OPERACIONAIS

(+) Recebimento de Planos de Saúde	47.349.105	42.783.253
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	48.117.815	33.107.066
(+) Recebimentos de Juros Sobre Aplicações Financeiras	233.738	438.902
(+) Outros Recebimentos Operacionais	3.102.500	3.692.482
(-) Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	-29.465.318	-27.671.403
(-) Pagamento de Comissões	- 24.318	- 78.106
(-) Pagamento de Pessoal	- 3.054.180	- 4.174.525
(-) Pagamento de Pró-Labore	- 387.545	- 440.399
(-) Pagamento de Serviços Terceiros	- 371.451	- 142.771
(-) Pagamento de Tributos	- 5.970.913	- 4.739.718
(-) Pagamento de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	- 75.044	- 586.495
(-) Pagamento de Aluguel	- 94.230	- 93.579
(-) Pagamento de Promoção/Publicidade	- 103.910	- 86.878
(-) Aplicações Financeiras	-46.993.535	-31.607.601
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-12.827.450	-10.930.264
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-564.736	-530.036

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimentos	30.000	-
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Hospitalar	-	- 82.418
(-) Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	- 138.476	- 109.804
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	-108.476	-192.222

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

(+) Integralização de Capital em Dinheiro	48.000	46.000
(+) Outros Recebimentos da Atividade de Financiamento	744.536	1.087.997
(-) Pagamentos de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-	-
(-) Outros Pagamentos da Atividade de Financiamento	- 110.219	- 406.795
(-) Pagamento de Participação nos Resultados	- 42.873	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	639.444	727.202

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA **-33.768** **4.944**

CAIXA SALDO INICIAL **57.879** **52.935**

CAIXA SALDO FINAL **24.111** **57.879**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas – Demonstrações Contábeis 2022

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unimed de Dracena Cooperativa de Trabalho Médico ("Cooperativa"), sediada em Dracena SP, contava com 85 cooperados no fim de 2022, tem por objetivo a congregação dos integrantes da profissão médica, para sua defesa econômico-social, proporcionando-lhes condições para o exercício de suas atividades e aprimoramento dos serviços de assistência médica.

Os planos de saúde propiciam o atendimento às necessidades de saúde de seus beneficiários, mediante o acesso à rede de prestadores de serviços cooperados e credenciados na sua cidade sede e região. A Cooperativa conta com uma unidade de farmácia localizada no município de Dracena SP, onde atende exclusivamente seus funcionários, cooperados e beneficiários. Em janeiro de 2014, a Cooperativa inaugurou seu pronto atendimento beneficiando seus usuários e demais beneficiários de outros convênios e particulares.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Cooperativa está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. Como operadora de planos de assistência à saúde, a Cooperativa encontra-se registrada na ANS, sob o nº 31.478-1.

3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Lei das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5.764/71) e pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras de 2022 e de 2021 estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa — sendo a última, RN nº 528 de 06 de maio de 2022.

A Administração avaliou a capacidade da Cooperativa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Cooperativa em 03 de março de 2023 e não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e a de aprovação das Demonstrações Financeiras, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. A Administração da Cooperativa afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2022 e 2021, a Cooperativa não realizou operações para apresentação das demonstrações do resultado abrangente. Dessa forma, a Cooperativa não está apresentando as demonstrações do resultado abrangente para os exercícios de 2022 e 2021.

3.2 Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Cooperativa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Cooperativa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, ingressos e dispêndios. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos, referente às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa — disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e estão classificadas como:

- Aplicações garantidoras de provisões técnicas: nos termos da RN nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.
- Aplicações livres: são resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.2 Ativos financeiros

Classificação

A Cooperativa classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Cooperativa compreendem: disponível, aplicações financeiras, créditos de operações com planos de assistência à saúde, créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora e outros créditos.

Reconhecimento e mensuração

Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Cooperativa tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros não derivativos

A Cooperativa reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Cooperativa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Cooperativa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Cooperativa classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Cooperativa tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: eventos indenizáveis, débitos de operações de assistência à saúde e outras contas a pagar.

4.3 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Cooperativa avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Para os créditos de operações com planos de assistência à saúde e os créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora, os critérios para o cálculo da provisão para perda (impairment) estão determinados por Resolução Normativa conforme demonstrado na nota 4.4.

4.4 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional e intercâmbio com as Unimed's. A Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída pela totalidade do crédito dos contratos vencidos há mais de 60 dias nos casos de operações com planos individuais na modalidade de pré-pagamento e 90 dias para os demais casos.

A Administração da Cooperativa, em análise dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.

4.5 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo de aquisição ou valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do "custo médio ponderado". O custo dos estoques compreende o valor dos materiais médicos, medicamentos, insumos e almoxarifado (material de expediente e limpeza) utilizados nas operações da Cooperativa e sua unidade de farmácia e serviços próprios: Pronto Atendimento.

4.6 Investimentos

Representados basicamente, por participações societárias no sistema cooperativista e atividade médica avaliados pelo custo.

4.7 Imobilizado

Compreendido, predominantemente pela infraestrutura administrativa e hospitalar, máquinas e equipamentos, inclusive hospitalares. O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

	<u>Taxa de depreciação</u>
Edificações	4%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Outras imobilizações	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.8 Ativos intangíveis — software

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares à taxa de 20% a.a.

4.9 Impairment de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Cooperativa, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por impairment entre essa diferença.

4.10 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como dispêndios conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a partir de uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A participação mínima dos empregados no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima, quando aplicável, são reconhecidos de acordo com determinadas metas estipuladas pela Administração.

Os valores dos dispêndios com pessoal estão demonstrados na nota 21.

4.11 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota 13. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

- Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas - PPCNG

É constituída conforme previsto na RN nº 314/12 da ANS e caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela Cooperativa para cobertura do risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de ingressos de prêmios ou contraprestações, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

- Provisão para remissão

Provisão calculada mensalmente decorrente de obrigação contratual de manter assistência à saúde aos dependentes, quando da ausência do titular. Foi estabelecida por Resolução Normativa da ANS e constituída pelo valor definido por laudo técnico atuarial.

- Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

- Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados — PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Cooperativa por falta de avisos.

- Provisão de eventos a liquidar para o SUS

Referem-se a cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9656/1998, advinda de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde, de beneficiários do seu próprio plano de saúde.

4.12 Cotas de cooperados

As cotas de capital são classificadas no patrimônio líquido. No caso de demissão, os cooperados têm seu capital social devolvido conforme Estatuto Social e a legislação cooperativista.

4.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Cooperativa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Cooperativa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (impairment) quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.14 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes e os circulantes quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nos ingressos, dispêndios e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência dos exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de dispêndios e ingressos financeiros no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa. As taxas de juros implícitas quando aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

4.15 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.
- Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Cooperativa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.16 Ingresso operacional

Reconhecimento dos ingressos e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido dos ingressos (receitas), deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação dos ingressos observa o regime de competência de exercícios considerando:

- I. nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e
- II. nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão como referido na **nota 13**.

Os demais ingressos e dispêndios observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

Atos cooperativos

São segregados em atos cooperativos e atos não cooperativos, para fins de apuração de incidência tributária aplicável à sociedade. Os Atos Cooperativos correspondem aos serviços praticados entre as Cooperativas e seus cooperados e pelas Cooperativas entre si quando associadas, para a consecução dos objetivos sociais (Lei nº 5764, art.79). Os Atos não cooperativos refletem as operações realizadas por prestadores não cooperados.

Ingressos financeiros e dispêndios financeiros

Os ingressos financeiros abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. O ingresso de juros é reconhecido no resultado, através do método dos juros efetivos.

Os dispêndios financeiros abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.17 Imposto de Renda e Contribuição Social — Correntes

Calculados com base no lucro real tributável conforme determinações da Secretaria da Receita Federal, às operações consideradas não cooperadas, às alíquotas estabelecidas para o imposto de renda e para a contribuição social, nos termos da legislação fiscal e alíquotas vigentes. O resultado decorrente das operações com cooperados é isento destes tributos.

4.18 Mudança nas Políticas Contábeis (CPC 47)

A partir de 01/01/2022 a ANS introduziu a aplicação do Pronunciamento Contábil CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. As demonstrações de 2021 utilizadas para fins de comparabilidade não estavam respaldadas na referida legislação.

Para atendimento da CPC 47 realizamos a adequação com o intuito do efeito comparativo das demonstrações de 2021 com os ajustes implementados para 2022.

As mudanças de contabilização nas contas alteradas pelo plano de contas instituído através da Resolução Normativa nº 528/2022 tiveram impacto nas linhas intermediárias da DRE, quando efetuada a comparabilidade entre os exercícios de 2021 e 2022, não ocorrendo mudanças no resultado final do exercício. Estamos apresentando a DRE de 2021 com as alterações nos grupos 311 e 411.

Conforme disposto na letra “F” do item 28 do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, divulgamos abaixo os ajustes efetuados na DRE de 2021, apresentada para fins de comparabilidade:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO AJUSTADO				
Descrição Conta	Item	31/12/2021	Ajuste	Reapresentado 31/12/2021
Contraprestações Efetivas / Prêmios Ganhos de Plano de Assistência à Saúde		37.162.109		28.367.088
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		37.758.594		28.963.573
Contraprestações Líquidas / Prêmios Retidos	(A)	37.106.085	(8.795.021)	28.311.064
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		-	-	-
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(596.484)		(596.484)
Eventos Indenizáveis Líquidos / Sinistros Retidos		(28.336.480)		(19.541.459)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	(A)	(27.375.166)	8.795.021	(18.580.146)
Variação da Provisão de Eventos / Sinistros Ocorridos e Não Avisados		(961.313)		(961.313)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		8.825.630		8.825.630
RESULTADO BRUTO		8.548.452		8.548.452
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		1.240.261		1.240.261
RESULTADO LÍQUIDO		884.974		884.974

Estas mudanças ocorreram entre os planos de contas regulamentados pelas Resoluções Normativas nº 435/2018, 472/2021 e 528/2022. Dentre as principais mudanças ocorridas os registros contábeis das operações de corresponsabilidade assumida, nos moldes constantes no item 6.2 das Normas Gerais do plano de contas padrão, merecem os seguintes destaques: em 2021 registros no grupo 3111X20X6 para 2022 passaram a ser registrados neste grupo somente os valores de taxa de administração e diferença de tabela, com os demais valores registrados no grupo 411XX2084. Já os valores que em 2021 eram registrados no grupo (-) 3117, em 2022 passaram a ser registrados no grupo 4116, exceto taxa de administração.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Modalidade	2022	2021
CDB - Pós-fixado	3.356.756	2.125.810
Fundo dedicado ao setor de saúde suplementar	2.832.480	2.089.102
Garantidoras de provisões técnicas	6.189.236	4.214.912
CDB DI Pós-fixado	8.451.895	10.588.743
Livres	8.451.896	10.588.743
Total	14.641.131	14.803.655

As aplicações financeiras foram realizadas em instituições financeiras nacionais e são de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e representadas substancialmente por aplicações financeiras em fundos e certificados de depósitos bancários. As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, com rentabilidade percentual do CDI, considerando o valor e a época das aplicações, e podem ser resgatadas de acordo com a necessidade de recursos da Cooperativa.

A Cooperativa apresentou as aplicações financeiras garantidoras de provisões técnicas, nos termos da RN nº 521/2022 e posteriores alterações da ANS. A vinculação deve ser realizada em Fundos Dedicados à Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras e sua utilização imediata necessitará de breve autorização pela ANS à instituição financeira.

6. CREDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2022	2021
Contraprestações pecuniárias	319.486	799.304
- Provisão para perdas sobre créditos — PPSC (i)	(39.579)	(250.082)
	279.907	549.222
Participação de Beneficiários	75.210	-
Operadoras de planos de assistência à saúde	499.211	303
Outros créditos de operações com planos de assist. a saúde (ii)	182.918	96.317
Total	1.037.246	645.842

- (i) Constituída de acordo com os critérios da RN ANS detalhado no item 4.4. A Administração da Cooperativa, em análises dos créditos vencidos e a vencer, não tem expectativa de outras perdas.
- (ii) Os valores referem ao Fundo de Custeio junto a Unimed FESP cujo objetivo é para suprir com eventuais eventos assistenciais de alto custo.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Cooperativa não mantém nenhum título como garantia.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANO DE SAÚDE OPERADORA

Descrição	2022	2021
Intercâmbio a receber — atendimento eventual	1.828.463	1.857.232

Contas a receber referentes aos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde de outras Unimed's.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

Descrição	2022	2021
Estoques (i)	705.835	481.952
Títulos a receber	300.750	270.748
Adiantamentos	82.303	79.707
Provisão para perdas sobre créditos — PPSC	(10.067)	(14.620)
Total	1.078.821	817.787

- (i) Estoque de medicamentos disponível para comercialização na farmácia e utilização no Pronto Atendimento.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Descrição	2022	2021
Depósitos judiciais — Ressarcimento ao SUS (i)	0,00	22.461
Processos Receita Federal do Brasil (ii)	985.017	683.381
Total	985.017	705.842

- (i) Trata-se de depósitos judiciais realizados sobre Guias de Recolhimento da União (GRU), que estão cobradas e contestadas judicialmente, referente ao ressarcimento de despesas assistenciais com beneficiários de planos de saúde da Cooperativa, ocorridas na rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS). O montante devido está registrado no passivo circulante, **nota 13**.

- (ii) A Cooperativa está contestando judicialmente a exigibilidade de tributos. Os montantes em discussão estão representados por valores atualizados, correspondidos no passivo não circulante, **nota 18.**

10. INVESTIMENTOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Unimed do Estado de São Paulo Federação	288.348	256.477
Federação Intrafederativa Centro Oeste Paulista	1.464.372	1.421.938
Central Nacional Unimed	40.982	40.861
Banco Sicredi – quota capital	223	-
Total	1.793.925	1.719.276

Os investimentos em sociedades cooperativas não representam controladas e/ou coligadas e seus saldos contábeis são mantidos a custo de aquisição, e deduzidos da provisão para impairment, quando aplicável.

11. IMOBILIZADO

Descrição	31/12/2021	Aquisições	Baixas	31/12/2022
Custo corrigido				
Terrenos	742.359	-	-	742.359
Edificações	6.120.866	-	-	6.120.866
Instalações	72.077	2.239	45.036	29.279
Máquinas e equipamentos	1.556.436	201.568	85.113	1.672.891
Móveis e utensílios	570.616	35.789	58.434	547.971
Computadores e periféricos	604.377	3.710	215.820	392.267
Veículos	28.149	64.500	149	92.500
Outras imobilizações	152.838	-	5052	147.785
	9.854.689			9.745.918
Depreciação acumulada				
Edificações	-1.937.499	-244.837	-	-2.182.336
Instalações	-55.131	-2.581	42.455	-15.258
Máquinas e equipamentos	-854.925	-155.763	66.694	-943.993
Móveis e utensílios	-329.206	-47.934	47.943	-329.197
Computadores e periféricos	-548.609	-5.016	194.334	-352.319
Veículos	-28.149	-32150	30.149	-30.150
Outras imobilizações	-62.507	-12.092	4114	-70.485
	-3.816.026			-3.923.738
	6.038.663			5.822.180

A Administração da Cooperativa realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2022 e de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

De acordo com as normas do CPC 06 que trata sobre arrendamentos, o objetivo do CPC 06 é estabelecer critérios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das operações de arrendamento pelos arrendatários e arrendadores em suas demonstrações financeiras.

Descrição	31/12/2021	Adições	Depreciações	31/12/2022
Direito de Uso de Arrendamentos	-	542.934	119.189	423.744

12. INTANGÍVEL

Descrição	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022
Softwares e aplicativos	842.545	3.600		846.145
(-)Amortização acumulada	-589.194	-109.205		-698.398
Total	253.351	-105.605		147.747

13. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA Á SAÚDE

Descrição	2022	2021
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha — PPCNG	209.313	303.334
Provisão de Insuficiência de Prêmios	691.569	84.395
Provisão para remissão	166.234	180.905
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS	15.083	19.138
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	1.394.321	1.198.019
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	2.387.791	1.636.818
Circulante	4.864.311	3.422.609
Provisão para remissão	61.160	67.703
Não circulante	61.160	67.703
	4.925.471	3.490.311

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.11.

A ANS, por meio de Resolução Normativa, passou a exigir das operadoras a partir daquelas datas, de Patrimônio Mínimo Ajustado, Margem de Solvência, Provisão de prêmio/contraprestação não ganha — PPCNG, Provisão para Remissão e Provisão para Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA), entre outras provisões a serem estabelecidas para garantia de obrigações contratuais. Os indicadores de regulação estão demonstrados na **nota 24**.

As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na **nota 5**, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN 521/2022 da ANS, representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDB e quotas de Fundo de Investimentos, dedicados ao Setor de Saúde Suplementar.

14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Descrição	2022	2021
Receita Antecipada de Contraprestações (i)	14.490	16.360
Operadoras Plano Assistência Médico (Hospitalar) (ii)	112.075	36.083
Outros Débitos de Operações com Plano de Saúde (iii)	2.194	8.627
Total	128.759	61.070

- I. São registrados os valores recebidos antecipadamente referente mensalidades de pessoas físicas.
- II. São registrados os valores referentes a contabilização do intercâmbio de corresponsabilidade cedida.
- III. São registrados os valores destinados aos fundos de custeio.

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE ASSISTÊNCIAS À SAÚDE

Descrição	2022	2021
Débitos de Prestação de Serviços/ Intercâmbio (i)	895.948	872.505

- (i) Débitos originados das transações de intercâmbio eventual.

16. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Descrição	2022	2021
IRPJ A RECOLHER	22.811	-
CSLL A RECOLHER	12.532	-
FGTS	26.405	26.866
INSS	156.156	197.080
IRRF	271.228	675.799
PIS/COFINS/CSLL retidos	29.656	30.828
ICMS	1.958	3.240
COFINS	40.959	97.455
PIS	6.533	12.341
Contribuição sindical	-	138
ISS	-	24
Total	568.238	1.043.771

17. DÉBITOS DIVERSOS

Descrição	2022	2021
Obrigações com pessoal	376.335	469.998
Fornecedores (i)	735.071	500.955
Depósitos de beneficiários e de terceiros	884	-
Passivo De Arrendamentos - Valor Presente	128.294	-
Outros débitos a pagar (ii)	1.049.386	1.777.511
Total	2.289.970	2.748.464

- (i) O saldo é composto substancialmente pelos valores a pagar a fornecedores de materiais e medicamentos farmacêuticos, que estão disponibilizados na farmácia para comercialização e utilização no pronto atendimento.
- (ii) Juros sobre capital próprio calculado à taxa de **6%** sobre o capital de cada cooperado e totaliza em 2022 R\$ 723.334 composto nessa rubrica.

18. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Encontram-se em questionamento ações na área tributária. A Administração da Cooperativa, suportada pela assessoria jurídica, entende que as estimativas provisionadas são suficientes para cobrir eventuais perdas.

Os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

Descrição Tributária	2022	2021
IRPJ (i)	612.581	869.664
ANS — Taxa saúde suplementar (ii)	77.029	77.029
ISS (iii)	-	704.567
Provisão Para Piso de Enfermagem	59.993	-
Cível (iv)	163.656	54.300
Total	913.259	1.705.560

Adicionalmente, a Cooperativa possui depósitos judiciais registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante **nota 9**.

- (i) A Cooperativa sofreu auto de infração e imposição de multa lavrado pela Receita Federal relativo ao não pagamento do IRPJ correspondente aos anos base de 1995 a 1998. A Administração da Cooperativa suportada pela assessoria jurídica entende que as possibilidades de ganho são remotas, mas o processo ainda está ativo em andamento.
- (ii) A Cooperativa discute na justiça a ilegalidade e a inconstitucionalidade da taxa de saúde suplementar de exigibilidade da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS. Atualmente existem decisões favoráveis às operadoras de planos de assistência à saúde que ingressaram com ação judicial.

- (iii) Provisão constituída, foi realizado a reversão da provisão composta, conforme aprovação em AGE (Assembleia Geral Extraordinária), tendo em vista a necessidade de reversão para equilíbrio do resultado contábil.
- (iv) Além desse valor constituído a Cooperativa discute ações cíveis no montante de **R\$ 343.192,48**, cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2022 é que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível. Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

Durante o curso normal de seus negócios, a Cooperativa fica exposta a certas contingências e riscos, relacionados com causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Cooperativa estão sujeitas as revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O Capital social de **R\$ 12.070.169** é formado por cotas partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma e classificado no patrimônio líquido, conforme o artigo 140 da Lei nº 13.097/2015. O quadro de cooperados da Cooperativa **em 31 de dezembro de 2022 é de 85**. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um só voto, qualquer que seja o número de suas cotas partes.

Destinações estatutárias

De acordo com o Estatuto Social da Cooperativa e a Lei nº 5.764/1971, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

- 10% para Reserva Legal, destinada a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social — RATES, destinada à prestação de assistência aos cooperados e funcionários da Cooperativa, nos termos de regulamentação própria a ser definida em Assembleia Geral, sendo indivisível nos casos de dissolução e liquidação;
- Outras reservas que poderão ser constituídas com fins e duração específicos em Assembleia Geral.

Reserva para desenvolvimento

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em exercícios anteriores foi deliberado a constituição da reserva para desenvolvimento, cuja finalidade é a retenção do valor para compra dos equipamentos e manutenção da unidade de pronto atendimento.

Reserva para manutenção do pronto atendimento (PA)

Em Assembleia Geral realizada em 2015, foi deliberada a constituição da reserva para manutenção do PA (Pronto Atendimento).

Reserva para contingências regulatórias

Tem por finalidade a proteção da Cooperativa frente as exigências da regulamentação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Resultado à disposição da AGO

As sobras apuradas após a constituição das reservas estatutárias e legais ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária (AGO) para deliberação quanto à sua destinação. As perdas são compensadas com as reservas existentes na data do balanço.

De acordo com a legislação que rege as sociedades cooperativas, Lei nº 5.764/1971, e o Estatuto Social, as sobras à disposição da AGO podem ser capitalizadas ou distribuídas aos cooperados de acordo com o usufruo dos serviços da Cooperativa ou, ainda, incorporadas em reservas conforme deliberação dos cooperados na Assembleia Geral.

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2022	2021
Pessoal	-2.944.947	-3.066.921
Honorários diretoria e conselho	-711.040	-967.460
Serviços de terceiros	-644.988	-426.028
Localização e funcionamento	-1.582.955	-1.583.872
Publicidade e propaganda	-65.628	-95.446
Tributos	410.220	-274.732
Diversas	-487.688	-669.192
Total	-6.027.026	-7.083.651

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2022	2021
Ingressos financeiros		
Rendimentos de aplicações financeiras	1.429.233	697.622
Juros por recebimentos em atraso	75.780	17.915
Descontos obtidos	1.588	9.054
Outras receitas	370.184	18.080
Total Ingressos	1.876.785	742.671
Dispêndios financeiros		
Juros e multa	(137.320)	(32.127)
Descontos concedidos	(35.483)	(71.926)
Juros sobre capital próprio	(734.684)	(728.125)
Despesas bancárias	(56.092)	(1.427)
Outras despesas	(61.459)	(95.098)
Total Dispêndios	(1.025.038)	(928.703)
Total	851.747	(186.032)

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A estrutura de governança corporativa da Cooperativa compreende a Diretoria, cujas atribuições, poderes e funcionamento são definidos no Estatuto da Cooperativa. Os diretores são os representantes legais da Cooperativa, responsáveis principalmente, pela sua administração e pelo desenvolvimento das políticas e diretrizes gerais. São eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de três anos, sendo permitida uma reeleição para o mesmo cargo, já para o Conselho Fiscal o mandato é de 1 ano com obrigatoriedade de troca de 2/3 dos seus membros.

A Cooperativa efetuou transações com partes relacionadas, incluindo a remuneração por serviços prestados a seus beneficiários do plano de saúde e pagamento de pró-labore. As outras transações são efetuadas em similaridade com o praticado pelo mercado e atividade cooperativista:

Descrição	2022			2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Conta Corrente de Cooperados	3.725			7.225		
Remuneração dos Administradores e Conselhos			711.039			967.460
Produção Médica			7.397.361			8.673.236

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ATIVOS GARANTIDORES ANS

23.1 Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Cooperativa a expõem a alguns riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Cooperativa.

A gestão de risco é realizada pela diretoria financeira que identifica, avalia e protege a Cooperativa contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Riscos de crédito

O risco de crédito decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Valor Contábil	
	2022	2021
Disponível	24.112	57.879
Aplicações Financeiras	14.641.131	14.803.655
Créditos de operações com planos de assist. à saúde	1.037.246	645.842
Créditos de op. de assist. à saúde não relac.com planos de saúde da operadora	1.828.463	1.857.232
Bens e títulos a receber	372.986	335.835
Total	17.903.938	17.700.443

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre as contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos - PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.4.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Cooperativa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS.

A Cooperativa investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Cooperativa possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata (exceto as aplicações garantidoras da ANS) e de baixo risco.

Para avaliação do risco de liquidez a Cooperativa se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(I) Recursos próprios mínimos

Consideram-se Recursos Próprios Mínimos o limite do patrimônio líquido que deverá ser observado pelas Operadoras de Planos de Saúde (OPS), a qualquer tempo, de acordo com os critérios de Patrimônio Líquido Ajustado e Margem de Solvência. A Resolução Normativa 526/2022, da Diretoria de Normas e Habilitação das Operadoras (DIOPE), define os ajustes por efeitos econômicos no patrimônio das OPS a ser considerado para fins de adequação às regras de Recursos Próprios Mínimos (Patrimônio Líquido Ajustado — PLA) e Margem de Solvência.

O Patrimônio líquido ajustado em **31 de dezembro de 2022 é de R\$ 18.261.607 (R\$ 17.250.428 em 2021)**.

MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do patrimônio líquido ajustado por efeitos econômicos, conforme critérios definidos em Resolução Normativa da ANS. **Em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresenta necessidade de margem de solvência em R\$ 6.897.943 (R\$ 5.336.523 em 2021) que corresponde em 2022 a 77,36%** da necessidade total da margem de solvência, portanto, o patrimônio líquido ajustado é suficiente perante a margem de solvência.

Estimativa do valor justo


Pressupõe-se que os saldos de créditos de operações e eventos a liquidar com operações de assistência à saúde pelo valor contábil, menos perda (impairment), estejam próximos de seus valores justos.

24. COBERTURA DE SEGURO

A Administração da Cooperativa adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Dracena/SP, 31 de dezembro 2022.


Dra. Paula Érika Osaki da Fonseca
-Presidente


Vinícius Ribeiro
Contador
CRC 1SP338506/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

**Senhores Administradores da
UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **UNIMED DE DRACENA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

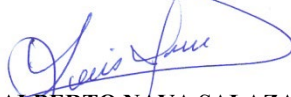
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências da auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

WALTER HEUER - WH AUDITORES INDEPENDENTES

CVM N° 8710 CRC - RJ 319/O S 8 MG
CNPJ N° 42.465.302/0002-66



LUIS ALBERTO NAVA SALAZAR
Responsável técnico
CONTADOR CRC - RJ - 034860/O



www.unimed-dracena.com.br
Rua Euclides da Cunha, 501
17900-000 - Centro - Dracena - SP
T. (18) 3821-9300

PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIMED DRACENA FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022.

O Conselho Fiscal da Unimed Dracena Cooperativa de Trabalho Médico, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Sobras e Perdas, Relatório da Administração, Notas Explicativas, todos os seus documentos e saldos figurantes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, bem como o parecer dos auditores independentes emitido pela Walter Heuer -- WH Auditores Independentes e sua opinião sobre as demonstrações financeiras examinadas, e que pode ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, sendo o que se recomenda.

Dracena/SP, 22 de março de 2023.

DocuSigned by:

653301B827AE4CB...

DR. João Paulo Senerini

Conselho Fiscal Efetivo

DocuSigned by:

93A1F26CAF604CB...

DR. João Gabriel de Oliveira Lima Aguiar Ayres

Conselho Fiscal Suplente

DocuSigned by:

F789658F9ECA4FE...

DR. Marcelo Ribeiro da Fonseca

Conselho Fiscal Suplente